



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

CGC 75.924.290/0001-69

Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01 - 85.740-000 - Fonefax: 0xx46-35561223

Home Page: <http://www.peroladoeste.pr.gov.br> - E-mail: pmperola@pbrturbo.com.br

LEI Nº 649/2009

Data: 31 de Outubro de 2009.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Conselho Municipal da Cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná – CONCIP.

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte.

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Conselho Municipal da Cidade de Pérola D'Oeste - CONCIP, órgão normativo, consultivo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, e tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e implementação da política nacional de desenvolvimento urbano e rural, bem como acompanhar e avaliar a sua execução, conforme dispõe a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

Art. 2º. São competências do Conselho Municipal da Cidade:

I – propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional de desenvolvimento urbano;

II – acompanhar e avaliar a implementação da política nacional, estadual e municipal de desenvolvimento urbano, em especial as políticas de habitação, de saneamento ambiental, de transportes e de mobilidade urbana, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

III – propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente;

IV – emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei nº 10.257, de 2001, e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano;

V – promover a cooperação entre os governos da União, dos Estados, dos Municípios e a sociedade civil na formulação e execução da política nacional de desenvolvimento urbano;

VI – promover, em parcerias com organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, a identificação de sistemas de indicadores, no sentido de estabelecer metas e procedimentos com base nesses indicadores, para monitorar a aplicação das atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano;

VII – estimular ações que visem propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos pelas populações das áreas urbanas;

VIII – promover a realização de estudos debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas e projetos desenvolvidos pelo Ministério das Cidades;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

=====CGC 75.924.290/0001-69=====

Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01- 85.740-000 - Fonefax:0xx46-35561223
Home Page: <http://www.peroladooeste.pr.gov.br> - E-mail: pmperola@pbrturbo.com.br

IX – estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio de rede nacional de órgãos colegiados estaduais, regionais e municipais, visando fortalecer o desenvolvimento urbano sustentável;

X – propor as diretrizes para a distribuição regional e setorial do orçamento do Ministério das Cidades;

XI – aprovar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros;

XII – Convocar e organizar as Conferências Municipais da Cidade.

Art. 3º . O Conselho Municipal da Cidade será composto dos seguintes membros, indicados pelos respectivos órgãos ou entidades de origem e designados por decreto do Prefeito Municipal:

I - Representantes do Governo Municipal, sendo:

- a) um representante da Departamento de Administração e Finanças.
- b) um representante de Departamento da Saúde.
- c) um representante da Departamento de Assistência Social.
- d) um representante da Departamento de Agricultura e Meio Ambiente.
- e) um representante da Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
- f) um representante do Desenvolvimento Rural – EMATER.
- g) um representante da Câmara Municipal de Vereadores.

II - Representantes dos empreendedores/entidades, sendo:

- a) um representante da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Pérola D'Oeste.
- b) um representante de uma associação de moradores representando as 25 comunidades do município.
- c) um representante sindicato dos trabalhadores rurais.
- d) um representante sindicato dos trabalhadores patronal
- e) um representante das entidades profissionais – Casa Familiar Rural.
- f) um representante do segmento de entidades do movimento popular – Associação de Bairros
- g) um representante do sistema de cooperativa
- h) um representante de Associação do produtores rurais
- i) um representante do setor de transporte.

Parágrafo único. Para cada membro titular será previamente indicado um suplente.

Art. 4º . O Conselho Municipal da Cidade terá 1 (um) presidente e 1(um) vice-Presidente, eleitos dentre seus membros, por maioria qualificada, e um secretário executivo escolhido pelo Conselho.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se maioria qualificada o voto da metade mais 1(um) da totalidade dos membros do Conselho.

Art. 5º . O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por igual período, uma única vez.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

CGC 75.924.290/0001-69

Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01- 85.740-000 - Fonefax: 0xx46-35561223

Home Page: <http://www.peroladoeste.pr.gov.br> - E-mail: pmperola@pbrturbo.com.br

Art. 6º . O exercício das funções de membro do Conselho Municipal da Cidade, será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 7º. Os membros referidos no artigo 3º, quando em viagem a serviço do Conselho farão jus a restituição das despesas de viagem, com alimentação e estadia, no valor dos comprovantes apresentados, bem como as respectivas passagens, que são de responsabilidade do município e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.00 – Departamento de Administração.

03.01 – Divisão de Pessoal, Material e Patrimônio.

04.122.0071-2.003 – Manter as Atividades Programa.

33.90.14.00 – 1000 – Diárias.

3.3.90.30.00 – 1000 – Material de Consumo.

3.3.90.39.00 – 1000 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Art. 8º . O Conselho Municipal da Cidade manterá intercâmbio com os órgãos de outras administrações Municipais, bem como com as esferas Estadual e Federal, nos assuntos concernentes ao seu âmbito de competência, com o objetivo de receber e fornecer subsídios para assessorar os Comitês Técnicos

Art. 9º. O Conselho Municipal da Cidade terá quatro Comitês Técnicos, compostos pelos membros do Conselho, nos seguintes temas:

I – Habitação

II – Saneamento Ambiental

III - Trânsito e Mobilidade Urbana

IV - Planejamento Territorial Urbano e Rural

Art. 10 . O prazo para a instalação do Conselho Municipal da Cidade será de 30 (trinta dias) a partir da publicação da presente Lei.

Art. 11. No prazo de 30 (trinta dias) após sua instalação o Conselho Municipal da Cidade elaborará e aprovará o seu Regimento Interno, que será homologado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua promulgação e ou divulgação.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, aos trinta e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e nove.


Edson Luiz Bagetti
Prefeito Municipal

PUBLICADO

JORNAL

DE BELTRÃO

EDIÇÃO

Nº 4.128 - PAG. 5A

DATA

05/10/2009

Edição nº 4.128



EDITAL

MARCOS PASCOLAT, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos, desta Comarca do Chapadinho, Estado do Paraná,

FAZ SABER, aos que o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que se encontram depositados em seu Cartório, sito à Rua 14 de Dezembro, 3726, nesta cidade e Comarca de Chapadinho PR, os documentos exigidos pelo Artigo 18 da Lei Federal nº 4.766, de 19 de Dezembro de 1979, para o registro do LOTEAMENTO denominado "LOTEAMENTO ROMANINHO", de propriedade de Márcio Henrique Romanin, do terreno com a área de 24.600,00 m², situado em Parte do Lote nº 102-A da Gleba nº 01 da Colônia Mém, situada no quadro urbano da cidade de São João, desta Comarca de Chapadinho PR, objeto da Matrícula nº 23.122, deste Cartório. Ditos documentos ficam tranqueados ao exame dos interessados.

Chapadinho, 30 de Outubro de 2009.

Marcos Pascolat
Oficial



Câmara Municipal de Vereadores de Pranchita

PORTARIA Nº 0012/2009

Designa Membros para comporem a CPL - Comissão Permanente de Licitações no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de PRANCHITA.

O Presidente Câmara de Vereadores do Município de PRANCHITA, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

NOMEAR

São a presidência do primeiro, os seguintes membros para comporem a CPL - Comissão Permanente de Licitações e Registro Cadastral, ficando cancelada a anteriormente constituída:

NAURY PIROBANO - Vereador
INACIO BONATTO - CPF 581.116.629-04

VELLI CARLOS MORESCO - Vereador

Sala das Sessões da Câmara de Vereadores do Município de PRANCHITA, em 04 de novembro de 2009.

ELIOIR NELSON LANGE
PRESIDENTE

COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO

1º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

ENCONTRA-SE NESTE TABELIONATO, RUAFONTAGROSSA, 2059 NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO, PARA PROTESTO, OS TÍTULOS ABAIXO DISCRIMINADOS, DE RESPONSABILIDADE DOS DEVEDORES A SEGUIR RELACIONADOS.

EVERTON CECIL GOMES CPF 029.875.879-28, DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO PROTOCOLO Nº 15.862, CUJO VALOR SE ENCONTRA INSERIDO NA FAIXA DO ITEM I DA TABELA XV DA LEI 13.611/02.

JUARES LUIS CHAVES VEIGANT CPF 038.946.589-59, DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO PROTOCOLO Nº 15.817, CUJO VALOR SE ENCONTRA INSERIDO NA FAIXA DO ITEM I DA TABELA XV DA LEI 13.611/02.

VALDIR DE ABEU CPF 038.281.509-28, DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO PROTOCOLO Nº 15.619, CUJO VALOR SE ENCONTRA INSERIDO NA FAIXA DO ITEM I DA TABELA XV DA LEI 13.611/02.

POR NÃO TER SIDO POSSÍVEL ENCONTRAR OS REFERIDOS RESPONSÁVEIS, PELO PRESENTE SE INTIMA PARA TODOS OS FINS DE DIREITO E AO MESMO TEMPO OS CIENTÍFICO DE QUE, SE NÃO FOR PAGOS PRESENTE, ATÉ O DIA 05/11/2009 DAS 8:30 AS 11:00 HORAS E DAS 13:00 AS 17:00 HORAS, SERÃO LAVRADOS OS RESPECTIVOS PROTESTOS. EM DATA DE 04/11/2009.

FRANCISCO BELTRÃO PR, 04 DE NOVEMBRO DE 2009.

ELCIO TOMAZONI FILHO - TABELIÃO

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS - de Flor da Serra do Sul - PR

REPUBLICAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 005/2009

Súmula: Aprova Termo de Aceite e Opção.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições que lhe conferiu a Lei Municipal nº 039/95, de 28 de setembro de 1995:

Considerando a determinação da Resolução nº 002/2009, de 27 de outubro de 2009, após análise da Portaria 288 de 10/10/2009 - MDS e da Instrução Operacional 03/2009 - BNAS, acerca do "Termo de Aceite e Opção", que define o comprometimento dos serviços abrangidos pelo Plano Básico de Transferência Fixa e Variável a partir de janeiro de 2010, conforme Art. 6º da Portaria MDS 288, encaminhado pelo Órgão Gestor Municipal da Assistência Social a este Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o presente TERMO DE ACEITE E OPÇÃO, que integra a presente Resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões, 27 de Outubro de 2009.

Helena Bussolero
Presidente do CMAS

Prefeitura Municipal de Salto do Lontra

DECRETO Nº 001/2009

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar por remanejamento para reforço de dotação no Orçamento vigente da Administração direta e das outras providências.

LUÍZ CARLOS GOTARDI, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e autorizado pelo Art. 34 Parágrafo único da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 09/08 de 03 de julho de 2008 e a Lei de Alteração nº 126/2008 de 29 de outubro de 2008 e Art. 4º Letra "a" da Lei Orçamentária Municipal nº 161/2008 de 05 de dezembro de 2008:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por remanejamento no valor de R\$ 90.000,00 (Oitenta e dois mil reais), para reforço de dotação no orçamento vigente da Administração Direta, distribuídas nas dotações Orçamentárias conforme descreverem abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
03.00	OPERACÕES ESPECIAIS	
03.01	MANUT. ENCARGOS ESPECIAIS	
28	Encargos Especiais	
28.846	Outros Encargos Especiais	
28.846.0000	Operações Especiais	
28.846.0000.0001	AMORT. ENCARGOS DIV. INTERNA	
32.00.00	Juros e encargos de Dívida	
32.90.00	Aplicação Direta	
32.90.21 - 01000 - 0180	Juros sobre a dívida por contrato	55.000,00
46.00.00	Amort da Dívida/Refinanciamento dívida	
46.90.00	Aplicação direta	

46.90.71 - 01000 - 0182 Principal da Dívida por contrato 27.000,00

06.00 SECRETARIA OBRAS URBANISMO

08.02 MANUTENÇÃO SERV. URBANOS

15 Urbanismo

15.451 Infra-Estrutura Urbana

15.451.0013 Serviços Urbanos

2.013 MANUTENÇÃO SERVIÇOS URBANOS

33.00.00 Outras Despesas Correntes

33.90.00 Aplicação Direta

33.90.39 - 01000 - 371 Outros Serv. Terceiros Pessoas Jurídicas 8.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução da presente Decreto decorrerão do remanejamento parcial e o total das dotações abaixo do orçamento vigente da

Administração Direta:

Código Especificação Valor R\$

06.00 SECRETARIA OBRAS URBANISMO

08.02 MANUTENÇÃO SERV. URBANOS

15 Urbanismo

15.451 Infra-Estrutura Urbana

15.451.0013 Serviços Urbanos

2.013 MANUTENÇÃO SERVIÇOS URBANOS

31.00.00 Pessoal e Encargos Sociais

31.90.00 Aplicação Direta

31.90.11 - 01000 - 0337 Venci. Vantagens Fixas Pessoal Civil 10.000,00

44.00.00 Investimentos

44.90.00 Aplicação Direta

44.90.52 - 01000 - 0394 Equipamentos e Material Permanente 8.000,00

08.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.03 MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência social

08.244 Assistência Comunitária

08.244.0015 Assistência Social

2.029 MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL

31.00.00 Pessoal e Encargos Sociais

31.90.00 Aplicação Direta

31.90.11 - 01000 - 0707 Venci. Vantagens Fixas Pessoal Civil 10.000,00

12.00 SEC. AGROPECUÁRIA MEIO AMBIENTE

12.01 SERVIÇOS DE AGRIC. MEIO AMBIENTE

20 - Agricultura

20.606 Extensão rural

20.606.0019 Agricultura e Meio ambiente

2.045 MANUT. PART. AGRIC. MEIO AMBIENTE

31.00.00 Pessoal e Encargos Sociais

31.90.00 Aplicação Direta

31.90.34 - 01000 - 1149 Outras Des. Pessoal Terce. Mão de Obra 10.000,00

33.00.00 Outras Despesas Correntes

33.90.00 Aplicação Direta

33.90.39 - 01000 - 1157 Outros Serv. De Terceiros Pessoas - Jurídica 30.000,00

2.046 SERV. FOM. ANIMAL E MEIO AMBIENTE

33.00.00 Outras Despesas Correntes

33.90.00 Aplicação Direta

33.90.39 - 01000 - 1234 Outros Serv. De Terceiros Pessoas - Jurídica 22.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edição da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná aos 04 dias do mês de Novembro de 2009.

LUÍZ CARLOS GOTARDI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ, BRASIL
Rua Presidente Costa e Silva, 260 - Caixa Postal 42 - Fone: 046-6561266
83.740-000 - E-mail: camaramperola@netparana.com.br - Pólo D'Oeste - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 009/2009

SERGIO KUNZEL, Presidente da Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, com fundamento no Artigo 27 inciso VII da Lei Orgânica do Município, combinando com o Artigo 31 inciso XXIX do Regimento Interno, Lei Municipal nº 303/02 de 16/12/02, Lei Municipal nº 642/09 de 29/08/09 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir do dia 04.11.2009, o Senhor LAURO HISTER, para exercer o Cargo de Provedor em Comissão, de Diretor Executivo da Câmara, Nível CC-6 da Câmara Municipal de Pérola D'Oeste PR.

Art. 2º - A presente resolução entra em vigor na data de 04.11.2009, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, em 04 de novembro de 2009.

Sergio Kunzel
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 010/2009

SERGIO KUNZEL, Presidente da Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, com fundamento no Artigo 27 inciso VII da Lei Orgânica do Município, combinando com o Artigo 31 inciso XXIX do Regimento Interno, Lei Municipal nº 303/02 de 16/12/02, Lei Municipal nº 642/09 de 29/08/09 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir do dia 04.11.2009, o Senhor RENAN SERVELIN, para exercer o Cargo de Provedor em Comissão, de Assessor Jurídico da Presidência, Nível CC-5 da Câmara Municipal de Pérola D'Oeste PR.

Art. 2º - A presente resolução entra em vigor na data de 04.11.2009, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, em 04 de novembro de 2009.

Sergio Kunzel
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE
Pérola D'Oeste - Estado do Paraná
Rua Presidente Costa e Silva, 260 - Cep. 85.740-000 -
Fone/Fax: 046.6561266

Home Page: <http://www.peroladостоeste.pr.gov.br> - E-mail: ppmperola@netparana.com.br

LEI Nº 649/2009

Data: 31 de Outubro de 2009.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Conselho Municipal da Cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná - CONCIP.

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Conselho Municipal da Cidade de Pérola D'Oeste - CONCIP, órgão normativo, consultivo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, e tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e implementação da política nacional de desenvolvimento urbano e rural, bem como acompanhar e avaliar a sua execução, conforme dispõe a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Art. 2º - São competências do Conselho Municipal da Cidade:

I - propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional de desenvolvimento urbano;

II - acompanhar e avaliar a implementação da política nacional, estadual e municipal de desenvolvimento urbano, em especial as políticas de habitação, de saneamento ambiental, de transporte e de mobilidade urbana, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de suas atribuições;

III - propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente;

IV - emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei nº 10.257, de 2001, e das demais leis normativas relacionadas ao desenvolvimento urbano;

V - promover a cooperação entre os governos da União, dos Estados, dos Municípios e a sociedade civil na formulação e execução da política nacional de desenvolvimento urbano;

VI - promover, em parcerias com organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, a identificação de sistemas de indicadores, no sentido de estabelecer metas e procedimentos com base nesses indicadores, para monitorar a aplicação das atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano;

VII - estimular ações que visem propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos pelas populações das áreas urbanas;

VIII - promover a realização de estudos debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas e projetos desenvolvidos pelo Município das Cidades;

IX - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio de rede nacional de órgãos colegiados estaduais, regionais e municipais, visando fortalecer o desenvolvimento urbano sustentável;

X - propor as diretrizes para a distribuição regional e setorial do orçamento do Município das Cidades;

XI - aprovar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros;

XII - convocar e organizar as Conferências Municipais da Cidade.

Art. 3º - O Conselho Municipal da Cidade será composto dos seguintes membros, indicados pelos respectivos órgãos ou entidades de origem e designados por decreto do Prefeito Municipal:

I - Representantes do Governo Municipal, sendo:

a) um representante do Departamento de Administração e Finanças;

b) um representante do Departamento da Saúde;

c) um representante do Departamento de Assistência Social;

d) um representante do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente;

e) um representante do Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

f) um representante do Desenvolvimento Rural - EMATER;

g) um representante da Câmara Municipal de Vereadores;

II - Representantes dos empreendedores/entidades, sendo:

a) um representante da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Pérola D'Oeste;

b) um representante de uma associação de moradores, representando as 25 comunidades do município;

c) um representante dos trabalhadores rurais;

d) um representante dos produtores rurais;

e) um representante das entidades profissionais - Casa Familiar Rural;

f) um representante do segmento de entidades do movimento popular - Associação de Bairros;

g) um representante do sistema de cooperativa;

h) um representante da Associação dos produtores rurais;

i) um representante do setor de transporte.

Parágrafo único. Para cada membro titular será previamente indicado um suplente.

Art. 4º - O Conselho Municipal da Cidade terá 1 (um) presidente e 1 (um) vice-presidente, eleitos dentre seus membros, por maioria qualificada, e um secretário executivo escolhido pelo Conselho.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se maioria qualificada o voto da metade mais 1 (um) da totalidade dos membros do Conselho.

Art. 5º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por igual período, uma única vez.

Art. 6º - O exercício das funções de membro do Conselho Municipal da Cidade, será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 7º - Os membros referidos no artigo 3º, quando em viagem a serviço do Conselho farão jus a restituição das despesas de viagem, alimentação e estadia, no valor das comprovantes apresentadas, bem como as respectivas passagens, que são de responsabilidade do município e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.00 - Departamento de Administração;

03.01 - Divisão de Fisco, Material e Patrimônio;

04.122.001.2.003 - Manutenção das Atividades Programa;

33.90.14.00 - 1000 - Oribas;

33.90.30.00 - 1000 - Material de Consumo;

33.90.39.00 - 1000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas;

Art. 8º - O Conselho Municipal da Cidade manterá intercâmbio com os órgãos de outras administrações Municipais, bem como com as esferas Estadual e Federal, nos assuntos concernentes ao seu âmbito de competência, com o objetivo de receber e fornecer subsídios para assessorar os Comitês Técnicos.

Art. 9º - O Conselho Municipal da Cidade terá quatro Comitês Técnicos, compostos pelos membros do Conselho, nos seguintes termos:

I - Habitação

II - Saneamento Ambiental

III - Trânsito e Mobilidade Urbana

IV - Planejamento Territorial Urbano e Rural

Art. 10 - O prazo para a instalação do Conselho Municipal da Cidade será de 30 (trinta dias) a partir da publicação da presente Lei.

Art. 11 - No prazo de 30 (trinta dias) após sua instalação o Conselho Municipal da Cidade elaborará e aprovará o seu Regimento Interno, que será homologado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua promulgação e sua divulgação.

Art. 13 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, aos trinta e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e nove.

EDSON LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Dois Vizininhos

PORTARIA Nº 137/2009

Concede Licença por morte em pessoa da família ao servidor Arnildo de Lima Franco.

José Luiz Ramuski, Prefeito de Dois Vizininhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER Licença por Morte em pessoa da família (mãe) ao servidor ARNILDO DE LIMA FRANCO, matrícula funcional nº 3034-1, portadora do RG nº 3.789.489-3 PR e CPF nº 038.473.151-939-34, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Rodoviária, lotado junto à Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, no período de 28 de outubro de 2009 a 02 de novembro de 2009, com base no Art. 152 da Lei nº 577/93 e suas alterações.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizininhos-PR, aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, 48º ano de emancipação.

José Luiz Ramuski
Prefeito

PORTARIA Nº 138/2009

Concede Licença Gestação à servidora Francisca Tosiello Camargo.

José Luiz Ramuski, Prefeito de Dois Vizininhos-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Gestação à servidora FRANCISCA TOSIELLO CAMARGO, matrícula funcional nº 13770-1, portadora do RG nº 6.919.908-5-PR e CPF nº 000.584.299-99, ocupante do cargo de provimento em comissão de Servente, lotada junto à Secretaria de Saúde, Ação Social e Cidadania/ Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, no período de 26 de outubro de 2009 a 22 de fevereiro de 2010, com base no Art. 111 da Lei 577/93 e suas alterações.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizininhos, aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, 48º ano de emancipação.

José Luiz Ramuski